

ÍNDICE-SUMÁRIO

CÓDIGO PENAL

DECRETO-LEI Nº 400/82, DE 23 DE SETEMBRO	7
DECRETO-LEI Nº 48/95, DE 15 DE MARÇO	11
LEI Nº 59/2007, DE 4 DE SETEMBRO	19

LIVRO I Parte Geral	41
TÍTULO I Da lei criminal	41
CAPÍTULO ÚNICO Princípios gerais	41
TÍTULO II Do facto	44
CAPÍTULO I Pressupostos da punição	44
CAPÍTULO II Formas do crime	48
CAPÍTULO III Causas que excluem a ilicitude e a culpa	50
TÍTULO III Das consequências jurídicas do facto	52
CAPÍTULO I Disposição preliminar	52
CAPÍTULO II Penas	52
SECÇÃO I Penas de prisão, de multa e de proibição do exercício de profissão, função ou atividade	52
SECÇÃO II Suspensão da execução da pena de prisão	57
SECÇÃO III Prestação de trabalho a favor da comunidade e admoestação	60
SECÇÃO IV Liberdade condicional	62
CAPÍTULO III Penas acessórias e efeitos das penas	64
CAPÍTULO IV Escolha e medida da pena	68
SECÇÃO I Regras gerais	68
SECÇÃO II Reincidência	70
SECÇÃO III Punição do concurso de crimes e do crime continuado	71
SECÇÃO IV Desconto	72
CAPÍTULO V Pena relativamente indeterminada	73
SECÇÃO I Delinquentes por tendência	73
SECÇÃO II Alcoólicos e equiparados	74
SECÇÃO III Disposições comuns	75
CAPÍTULO VI Pessoas colectivas	75
CAPÍTULO VII Medidas de segurança	80
SECÇÃO I Internamento de inimputáveis	80

SECÇÃO II Suspensão da execução do internamento	82
SECÇÃO III Execução da pena e da medida de segurança privativas da liberdade	83
SECÇÃO IV Medidas de segurança não privativas da liberdade	83
CAPÍTULO VIII Internamento de imputáveis portadores de anomalia psíquica	85
CAPÍTULO IX Perda de instrumentos, produtos e vantagens	87
TÍTULO IV Queixa e acusação particular	89
TÍTULO V Extinção da responsabilidade criminal	91
CAPÍTULO I Prescrição do procedimento criminal	91
CAPÍTULO II Prescrição das penas e das medidas de segurança	94
CAPÍTULO III Outras causas de extinção	95
TÍTULO VI Indemnização de perdas e danos por crime	96
LIVRO II Parte Especial	97
TÍTULO I Dos crimes contra as pessoas	97
CAPÍTULO I Dos crimes contra a vida	97
CAPÍTULO II Dos crimes contra a vida intra-uterina	100
CAPÍTULO III Dos crimes contra a integridade física	102
CAPÍTULO IV Dos crimes contra a liberdade pessoal	107
CAPÍTULO V Dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	113
SECÇÃO I Crimes contra a liberdade sexual	113
SECÇÃO II Crimes contra a autodeterminação sexual	115
SECÇÃO III Disposições comuns	119
CAPÍTULO VI Dos crimes contra a honra	121
CAPÍTULO VII Dos crimes contra a reserva da vida privada	123
CAPÍTULO VIII Dos crimes contra outros bens jurídicos pessoais	126
TÍTULO II Dos crimes contra o património	127
CAPÍTULO I Disposição preliminar	127
CAPÍTULO II Dos crimes contra a propriedade	128
CAPÍTULO III Dos crimes contra o património em geral	134
CAPÍTULO IV Dos crimes contra direitos patrimoniais	138
CAPÍTULO V Dos crimes contra o sector público ou cooperativo agravados pela qualidade do agente	141
TÍTULO III Dos crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal	141
TÍTULO IV Dos crimes contra a vida em sociedade	144
CAPÍTULO I Dos crimes contra a família, os sentimentos religiosos e o respeito devido aos mortos	144
SECÇÃO I Dos crimes contra a família	144
SECÇÃO II Dos crimes contra sentimentos religiosos	146
SECÇÃO III Dos crimes contra o respeito devido aos mortos	146
CAPÍTULO II Dos crimes de falsificação	147
SECÇÃO I Disposição preliminar	147
SECÇÃO II Falsificação de documentos	148
SECÇÃO III Falsificação de moeda, título de crédito e valor selado	150
SECÇÃO IV Falsificação de cunhos, pesos e o objectos análogos	153
SECÇÃO V Disposição comum	154
CAPÍTULO III Dos crimes de perigo comum	154

CAPÍTULO IV Dos crimes contra a segurança das comunicações	162
CAPÍTULO V Dos crimes contra a ordem e a tranquilidade públicas	166
SECÇÃO I Dos crimes de anti-socialidade perigosa	166
SECÇÃO II Dos crimes contra a paz pública	167
SECÇÃO III Dos crimes contra sinais de identificação	169
TÍTULO V Dos crimes contra o Estado	170
CAPÍTULO I Dos crimes contra a segurança do Estado	170
SECÇÃO I Dos crimes contra a soberania nacional	170
SUBSECÇÃO I Dos crimes contra a independência e a integridade nacionais	170
SUBSECÇÃO II Dos crimes contra estados estrangeiros e organizações internacionais	173
SECÇÃO II Dos crimes contra a realização do Estado de direito	174
SECÇÃO III Dos crimes eleitorais	178
SECÇÃO IV Disposições comuns	180
CAPÍTULO II Dos crimes contra a autoridade pública	180
SECÇÃO I Da resistência, desobediência e falsas declarações à autoridade pública	180
SECÇÃO II Da tirada e evasão de presos e do não cumprimento de obrigações impostas por sentença criminal	182
SECÇÃO III Da violação de providências públicas	183
SECÇÃO IV Usurpação de funções	184
CAPÍTULO III Dos crimes contra a realização da justiça	184
CAPÍTULO IV Dos crimes cometidos no exercício de funções públicas	190
SECÇÃO I Da corrupção	190
SECÇÃO II Do peculato	193
SECÇÃO III Do abuso de autoridade	194
SECÇÃO IV Da violação de segredo	196
SECÇÃO V Do abandono de funções	197
SECÇÃO VI Disposição geral	197
TÍTULO VI Dos crimes contra animais de companhia	198

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

MORTE MEDICAMENTE ASSISTIDA

LEI Nº 22/2023, DE 25 DE MAIO	203
CAPÍTULO I Disposições gerais	203
CAPÍTULO II Procedimento	205
CAPÍTULO III Direitos e deveres dos profissionais de saúde	211
CAPÍTULO IV Fiscalização e avaliação	211
CAPÍTULO V Alteração legislativa	214
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	215

REGIME JURÍDICO DO CHEQUE SEM PROVISÃO

DECRETO-LEI Nº 454/91, DE 28 DE DEZEMBRO	217
DECRETO-LEI Nº 316/97 DE 19 DE NOVEMBRO	221

LEI Nº 48/2005, DE 29 DE AGOSTO	225
CAPÍTULO I Das restrições ao uso de cheque	227
CAPÍTULO II Obrigatoriedade de pagamento	230
CAPÍTULO III Regime penal do cheque	231
CAPÍTULO IV Contra-ordenações	234
CAPÍTULO V Disposições finais	235
INFRAÇÕES ANTIECONÓMICAS E CONTRA A SAÚDE PÚBLICA	
DECRETO-LEI Nº 28/84, DE 20 DE JANEIRO	237
CAPÍTULO I Princípios gerais	242
CAPÍTULO II Dos crimes contra a economia e contra a saúde pública	243
SECÇÃO I Princípios gerais	243
SECÇÃO II Dos crimes em especial	249
SUBSECÇÃO I Crimes contra a saúde pública	249
SUBSECÇÃO II Crimes contra a economia	250
SECÇÃO III Do processo	258
CAPÍTULO III Das contra-ordenações	262
SECÇÃO I Princípios gerais	262
SECÇÃO II Das contra-ordenações em especial	263
SECÇÃO III Do processo	268
CAPÍTULO IV Definições e classificações	270
CAPÍTULO V Disposições finais	273
REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
LEI Nº 15/2001, DE 5 DE JUNHO	275
PARTE I Princípios gerais	275
CAPÍTULO I Disposições comuns	275
CAPÍTULO II Disposições aplicáveis aos crimes tributários	279
CAPÍTULO III Disposições aplicáveis às contra-ordenações	284
PARTE II Do processo	289
CAPÍTULO I Processo penal tributário	289
CAPÍTULO II Processo de contra-ordenação tributária	294
SECÇÃO I Disposições gerais	294
SECÇÃO II Processo de aplicação das coimas	299
SUBSECÇÃO I Da fase administrativa	299
SUBSECÇÃO II Da fase judicial	304
PARTE III Das infracções tributárias em especial	306
TÍTULO I Crimes tributários	306
CAPÍTULO I Crimes tributários comuns	306
CAPÍTULO II Crimes aduaneiros	308
CAPÍTULO III Crimes fiscais	313
CAPÍTULO IV Crimes contra a segurança social	315
TÍTULO II Contra-ordenações tributárias	316
CAPÍTULO I Contra-ordenações aduaneiras	316
CAPÍTULO II Contra-ordenações fiscais	321

REGIME DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS	
LEI Nº 34/87, DE 16 DE JULHO	331
CAPÍTULO I Dos crimes de responsabilidade de titular de cargo político em geral	331
CAPÍTULO II Dos crimes de responsabilidade de titular de cargo político em especial	333
CAPÍTULO III Das penas acessórias e dos efeitos das penas	340
CAPÍTULO IV Regras especiais de processo	342
CAPÍTULO V Da responsabilidade civil emergente de crime de responsabilidade de titular de cargo político	345
CAPÍTULO VI Disposição final	346
 LEI DO CIBERCRIME	
LEI Nº 109/2009, DE 15 DE SETEMBRO	347
CAPÍTULO I Objecto e definições	347
CAPÍTULO II Disposições penais materiais	348
CAPÍTULO III Disposições processuais	353
CAPÍTULO IV Cooperação internacional	358
CAPÍTULO V Disposições finais e transitórias	362
 LEI DO JOGO	
DECRETO-LEI Nº 422/89, DE 2 DE DEZEMBRO	365
CAPÍTULO I Disposições gerais	366
CAPÍTULO II Das concessões	369
CAPÍTULO III Dos bens afectos às concessões	372
CAPÍTULO IV Dos casinos	375
SECÇÃO I Disposições gerais	375
SECÇÃO II Das salas de jogos	378
CAPÍTULO V Da prática dos jogos nos casinos	384
CAPÍTULO VI Das pessoas afectas à exploração e à prática dos jogos em casinos	389
SECÇÃO I Dos órgãos das concessionárias e das direcções dos casinos	389
SECÇÃO II Do pessoal das salas de jogos	392
CAPÍTULO VII Do regime fiscal	395
CAPÍTULO VIII Da inspecção e das garantias	400
SECÇÃO I Da inspecção	400
SECÇÃO II Das garantias	402
CAPÍTULO IX Ilícitos e sanções	404
SECÇÃO I Dos crimes	404
SECÇÃO II Violação de deveres das concessionárias	406
SECÇÃO III Contra-ordenações praticadas pelos empregados das concessionárias	410
SECÇÃO IV Contra-ordenações praticadas pelos frequentadores das salas de jogos	412
CAPÍTULO X Planos de obras das zonas de jogo	413

CAPÍTULO XI Das modalidades afins dos jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo	415
CAPÍTULO XII Disposições transitórias e finais	418
TRÁFICO E CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS	
DECRETO-LEI Nº 15/93, DE 22 DE JANEIRO	419
CAPÍTULO I Disposições gerais	419
CAPÍTULO II Autorizações, fiscalização e prescrições médicas	420
CAPÍTULO III Tráfico, branqueamento e outras infracções	426
CAPÍTULO IV Consumo e tratamento	433
CAPÍTULO V Legislação subsidiária	436
CAPÍTULO VI Regras especiais	439
CAPÍTULO VII Contra-ordenações e coimas	442
CAPÍTULO VIII Disposições finais	443
Tabelas das plantas, substâncias e preparações sujeitas a controlo	445
REGIME JURÍDICO APLICÁVEL AO CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS	
LEI Nº 30/2000, DE 29 DE NOVEMBRO	459
REGIME JURÍDICO DA INTEGRIDADE DO DESPORTO E DO COMBATE AOS COMPORTAMENTOS ANTIDESPATIVOS	
LEI Nº 14/2024, DE 19 DE JANEIRO	469
CAPÍTULO I Disposições gerais	469
CAPÍTULO II Plataforma nacional destinada ao tratamento da manipulação de competições desportivas	473
CAPÍTULO III Crimes	478
CAPÍTULO IV Ilícitos disciplinares	483
CAPÍTULO V Alterações legislativas	484
CAPÍTULO VI Disposições finais	485
REGIME DE RESPONSABILIDADE PENAL POR CRIMES DE CORRUPÇÃO COMETIDOS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL E NA ATIVIDADE PRIVADA	
LEI Nº 20/2008, DE 21 DE ABRIL	487
CAPÍTULO I Disposições gerais	487
CAPÍTULO II Crimes	489
CAPÍTULO III Disposições finais	490
REGIME JURÍDICO DAS ARMAS E SUAS MUNIÇÕES	
LEI Nº 5/2006, DE 23 DE FEVEREIRO	493
CAPÍTULO I Disposições gerais	493
SECÇÃO I Objecto, âmbito, definições legais e classificação das armas	493
SECÇÃO II Aquisição, detenção, uso e porte de armas	510
CAPÍTULO II Homologação, desativação, licenças para uso e porte de armas ou sua detenção e atribuição	516

SECÇÃO I Homologação, desativação, tipos de licença e atribuição	516
SECÇÃO II Cursos de formação e de atualização, exames e certificados	522
SECÇÃO III Renovação e caducidade das licenças	525
CAPÍTULO III Aquisição de armas e munições	526
SECÇÃO I Autorizações de aquisição e declarações de compra e venda ou doação de armas	526
SECÇÃO II Aquisição de munições	528
SECÇÃO III Aquisição por sucessão <i>mortis causa</i> e cedência por empréstimo	529
CAPÍTULO IV Normas de conduta de portadores de armas	531
SECÇÃO I Obrigações comuns	531
SECÇÃO II Uso de armas de fogo, eléctricas e aerossóis de defesa	532
SECÇÃO III Proibição de detenção, uso e porte de arma	534
CAPÍTULO V Armeiros	535
SECÇÃO I Tipos de alvarás, sua atribuição e caçação	535
SECÇÃO II Obrigações dos armeiros, registos e mapas	538
SECÇÃO III Obrigações dos armeiros no fabrico, montagem e reparação de armas	540
CAPÍTULO VI Carreiras e campos de tiro	541
SECÇÃO I Prática de tiro	541
SECÇÃO II Atribuição de alvarás, sua cedência e caçação	541
CAPÍTULO VII Exportação, importação, transferência e cartão europeu de arma de arma de fogo	542
SECÇÃO I Exportação e importação de armas e munições	542
SECÇÃO II Transferência	550
SECÇÃO III Cooperação internacional e administrativa	553
SECÇÃO IV Cartão europeu de arma de fogo	554
CAPÍTULO VIII Manifesto	555
SECÇÃO I Marcação e registo	555
CAPÍTULO IX Disposições comuns	557
CAPÍTULO X Responsabilidade criminal e contraordenacional	562
SECÇÃO I Responsabilidade criminal e crimes de perigo comum	562
SECÇÃO II Penas acessórias e medidas de segurança	564
SECÇÃO III Responsabilidade contraordenacional	567
SECÇÃO IV Regime subsidiário e competências	571
SECÇÃO V Apreensão de armas e caçação de licenças	572
SECÇÃO VI Operações especiais de prevenção criminal	575
CAPÍTULO XI Disposições transitórias e finais	577
SECÇÃO I Regime transitório	577
SECÇÃO II Revogação e início de vigência	580
 MEDIDAS TENDENTES À ENTREGA DE ARMAMENTO, EXPLOSIVOS E MUNIÇÕES ILEGALMENTE DETIDOS	
LEI N.º 1/98, DE 8 DE JANEIRO	583
 LEI DE COMBATE AO TERRORISMO	
LEI N.º 52/2003, DE 22 DE AGOSTO	585

MEDIDAS DE COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS
E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

LEI Nº 83/2017, DE 18 DE AGOSTO	595
CAPÍTULO I Disposições gerais	595
SECÇÃO I Objecto e conceitos	595
SECÇÃO II Âmbito de aplicação	603
CAPÍTULO II Avaliação nacional de risco	609
CAPÍTULO III Limites à utilização de numerário	612
CAPÍTULO IV Deveres gerais	612
SECÇÃO I Disposição geral	612
SECÇÃO II Dever de controlo	613
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	613
SUBSECÇÃO II Disposições específicas	616
SUBSECÇÃO III Políticas de grupo	625
SECÇÃO III Dever de identificação e diligência	627
SUBSECÇÃO I Identificação e diligência normal	627
DIVISÃO I Disposições gerais	627
DIVISÃO II Beneficiários efetivos	631
SUBSECÇÃO II Medidas simplificadas	637
SUBSECÇÃO III Medidas reforçadas	638
SUBSECÇÃO IV Obrigação de atualização	642
SUBSECÇÃO V Execução por terceiros	643
SECÇÃO IV Dever de comunicação	645
SUBSECÇÃO I Comunicação de operações suspeitas	645
SUBSECÇÃO II Outras comunicações	646
SECÇÃO V Dever de abstenção e decisões de suspensão	647
SECÇÃO VI Outros deveres	650
SECÇÃO VII Proteção e tratamento de dados pelas entidades obrigadas	657
CAPÍTULO V Deveres específicos das entidades financeiras	661
SECÇÃO I Disposições gerais	661
SECÇÃO II Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo	662
SECÇÃO III Dever específico de identificação e diligência	663
SUBSECÇÃO I Contratos de seguros de vida	663
SUBSECÇÃO II Relações de correspondência	665
SECÇÃO IV Atividade em Portugal de entidades financeiras com sede no exterior	667
CAPÍTULO VI Deveres específicos das entidades não financeiras	670
SECÇÃO I Disposições gerais	670
SECÇÃO II Disposições específicas	670
SUBSECÇÃO I Jogos	670
SUBSECÇÃO II Profissões jurídicas	672
SUBSECÇÃO III Dissuasão da prática de atividade ilegal	673
CAPÍTULO VII Autoridades competentes	673
SECÇÃO I Autoridades competentes	673
SUBSECÇÃO I Autoridades judiciais e policiais	673
SUBSECÇÃO II Unidade de Informação Financeira	674

SUBSECÇÃO III Autoridades setoriais	675
DIVISÃO I Setor financeiro	675
DIVISÃO II Setor não financeiro	678
DIVISÃO III Comunicação de atividades imobiliárias	680
DIVISÃO IV Entidades equiparadas a entidades obrigadas	680
SECÇÃO II Poderes das autoridades setoriais	681
SECÇÃO III Deveres das autoridades setoriais	685
SECÇÃO IV Supervisão das instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica com sede noutro Estado membro da União Europeia	690
SECÇÃO V Denúncia de irregularidades	691
SECÇÃO VI Autorizações e avaliação da competência e idoneidade de órgãos sociais	691
CAPÍTULO VIII Informação e dados estatísticos	698
SECÇÃO I Informação	698
SECÇÃO II Recolha, manutenção e publicação	699
CAPÍTULO IX Cooperação	703
SECÇÃO I Cooperação nacional	703
SECÇÃO II Cooperação internacional	708
SUBSECÇÃO I Cooperação entre autoridades setoriais	708
DIVISÃO I Disposições gerais	708
DIVISÃO II Cooperação entre autoridades de supervisão do setor financeiro	712
SUBSECÇÃO II Cooperação entre Unidades de Informação Financeira	714
SUBSECÇÃO III Cooperação com o Banco Central Europeu e com a Autoridade Bancária Europeia	717
SUBSECÇÃO IV Cooperação entre a Unidade de Informação Financeira e a Comissão Europeia	718
CAPÍTULO X Entidades equiparadas a entidades obrigadas	718
SECÇÃO I Entidades gestoras de plataformas de financiamento colaborativo	718
SECÇÃO II Organizações sem fins lucrativos	719
CAPÍTULO XI Medidas de execução do Regulamento (UE) 2015/847	721
CAPÍTULO XII Regime sancionatório	724
SECÇÃO I Ilícitos criminais	724
SECÇÃO II Ilícitos contraordenacionais	725
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	725
SUBSECÇÃO II Ilícitos em especial	729
SUBSECÇÃO III Disposições processuais	740
SUBSECÇÃO IV Recurso	744
SUBSECÇÃO V Outras disposições	745
SECÇÃO III Ilícitos disciplinares	746
CAPÍTULO XIII Alterações legislativas	747
CAPÍTULO XIV Disposições transitórias e finais	748

REGIME DA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DE ATOS ILÍCITOS PRATICADOS A BORDO DE AERONAVES CIVIS, EM VOOS COMERCIAIS DECRETO-LEI Nº 254/2003, DE 18 DE OUTUBRO	755
LEI PENAL RELATIVA ÀS VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO	
LEI Nº 31/2004, DE 22 DE JULHO	761
CAPÍTULO I Disposições gerais	761
CAPÍTULO II Crimes	764
SECÇÃO I Crime de genocídio e crimes contra a humanidade	764
SECÇÃO II Crimes de guerra	765
SECÇÃO III Crime de agressão internacional	769
SECÇÃO IV Outros crimes	770
CAPÍTULO III Disposição comum	771
REGIME GERAL DAS CONTRAORDENAÇÕES	
DECRETO-LEI Nº 433/82, DE 27 DE OUTUBRO	773
I PARTE Da contra-ordenação e da coima em geral	777
CAPÍTULO I Âmbito de vigência	777
CAPÍTULO II Da contra-ordenação	778
CAPÍTULO III Da coima e das sanções acessórias	780
CAPÍTULO IV Prescrição	783
CAPÍTULO V Do direito subsidiário	785
II PARTE Do processo de contra-ordenação	786
CAPÍTULO I Da competência	786
CAPÍTULO II Princípios e disposições gerais	788
CAPÍTULO III Da aplicação da coima pelas autoridades administrativas	789
CAPÍTULO IV Recurso e processo judiciais	792
CAPÍTULO V Processo de contra-ordenação e processo criminal	797
CAPÍTULO VI Decisão definitiva, caso julgado e revisão	798
CAPÍTULO VII Processos especiais	799
CAPÍTULO VIII Da execução	800
CAPÍTULO IX Das custas	802
CAPÍTULO X Disposição final	803
REGIME JURÍDICO DAS CONTRAORDENAÇÕES ECONÓMICAS	
Decreto-Lei n.º 9/2021, 29 de janeiro	805
CAPÍTULO I Da contraordenação económica e da coima	805
SECÇÃO I Disposições gerais	805
SECÇÃO II Da coima e das sanções acessórias	809
SECÇÃO III Da prescrição	815
CAPÍTULO II Do processo de contraordenação	817
SECÇÃO I Disposições gerais	817
SECÇÃO II Fase administrativa	821

SUBSECÇÃO I Das medidas cautelares	821
SUBSECÇÃO II Tramitação do procedimento contraordenacional	824
SUBSECÇÃO III Decisão	827
SECÇÃO III Das custas	829
SECÇÃO IV Fase judicial	830
SECÇÃO V Produto das coimas e registo de decisões condenatórias	832
CAPÍTULO III Disposições finais	833
REGIME PENAL ESPECIAL PARA JOVENS	
DECRETO-LEI Nº 401/82, DE 23 DE SETEMBRO	835
LEI TUTELAR EDUCATIVA	
LEI Nº 166/99, DE 14 DE SETEMBRO	841
LEI Nº 4/2015, DE 15 DE JANEIRO	845
TÍTULO I Disposição introdutória	847
TÍTULO II Das medidas tutelares educativas	847
CAPÍTULO I Disposições gerais	847
CAPÍTULO II Conteúdo das medidas	850
CAPÍTULO III Regime das medidas	854
CAPÍTULO IV Interactividade entre penas e medidas tutelares	855
TÍTULO III Dos tribunais	858
CAPÍTULO I Tribunal	858
CAPÍTULO II Ministério Público	861
TÍTULO IV Do Processo tutelar	862
CAPÍTULO I Princípios gerais	862
CAPÍTULO II Identificação, detenção e medidas cautelares	865
SECÇÃO I Identificação	865
SECÇÃO II Detenção	865
SECÇÃO III Medidas cautelares	867
CAPÍTULO III Provas	869
CAPÍTULO IV Inquérito	871
SECÇÃO I Abertura	871
SECÇÃO II Formalidades	872
SECÇÃO III Suspensão do processo	874
SECÇÃO IV Encerramento	875
CAPÍTULO V Fase jurisdicional	877
SECÇÃO I Natureza e actos preliminares	877
SECÇÃO II Audiência prévia	878
SECÇÃO III Audiência	885
SECÇÃO IV Recursos	887
CAPÍTULO VI Tempos dos atos	889
CAPÍTULO VII Direito subsidiário	889
TÍTULO V Da execução das medidas	889
CAPÍTULO I Princípios gerais	889

CAPÍTULO II Revisão das medidas tutelares	891
CAPÍTULO III Regras de execução das medidas não institucionais	894
CAPÍTULO IV Internamento em centro educativo	895
SECÇÃO I Disposições gerais	895
SECÇÃO II Princípios da intervenção em centro educativo	902
SECÇÃO III Direitos e deveres dos menores	905
SECÇÃO IV Prémios	908
SECÇÃO V Medidas de contenção	908
SECÇÃO VI Regime disciplinar	910
SUBSECÇÃO I Princípios gerais	910
SUBSECÇÃO II Procedimento disciplinar	916
SUBSECÇÃO III Execução das medidas disciplinares	916
SECÇÃO VII Centros educativos	917
TÍTULO VI Registo de medidas tutelares educativas	918
TÍTULO VII Acompanhamento da execução e avaliação da Lei Tutelar Educativa	922
PROTEÇÃO DE MENORES	
LEI Nº 113/2009, DE 17 DE SETEMBRO	923
LEI DE SAÚDE MENTAL	
LEI Nº 35/2023, DE 21 DE JULHO	929
CAPÍTULO I Disposições gerais	929
CAPÍTULO II Política de saúde mental	930
CAPÍTULO III Direitos e deveres das pessoas com necessidade de cuidados de saúde mental	932
SECÇÃO I Direitos e deveres	932
SECÇÃO II Casos especiais	935
SECÇÃO III Gestão do património	936
CAPÍTULO IV Tratamento involuntário	937
SECÇÃO I Processo comum	937
SECÇÃO II Internamento de urgência	943
SECÇÃO III Disposições processuais comuns	945
SECÇÃO IV Comissão para o acompanhamento da execução do regime jurídico do tratamento involuntário	946
CAPÍTULO V Disposições complementares	948
CAPÍTULO VI Alterações legislativas	948
CAPÍTULO VII Disposições finais	949
PROCRIAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA	
LEI Nº 32/2006, DE 26 DE JULHO	951
LEI Nº 58/2017, DE 25 DE JULHO	953
CAPÍTULO I Disposições gerais	955
CAPÍTULO II Utilização de técnicas de PMA	960
CAPÍTULO III Inseminação artificial	965

CAPÍTULO IV Fertilização <i>in vitro</i>	967
CAPÍTULO V Diagnóstico genético pré-implantação	968
CAPÍTULO VI Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	969
CAPÍTULO VII Sanções	971
SECÇÃO I Responsabilidade criminal	971
SECÇÃO II Ilícito contra-ordenacional	974
SECÇÃO III Sanções acessórias	974
SECÇÃO IV Direito subsidiário	975
CAPÍTULO VIII Disposições finais	975
LEI DA INTERRUÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ	
LEI Nº 16/2007, DE 17 DE ABRIL	977
REGULAMENTAÇÃO DA LEI DA INTERRUÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ	
PORTARIA Nº 741-A/2007, DE 21 DE JUNHO	981
CAPÍTULO I Disposições gerais	981
CAPÍTULO II Estabelecimentos de saúde oficiais	984
CAPÍTULO III Estabelecimentos de saúde oficialmente reconhecidos	985
CAPÍTULO IV Interrupção da gravidez por opção da mulher	985
CAPÍTULO V Interrupção da gravidez por grave doença ou malformação congénita do feto ou fetos inviáveis	987
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	988

SUMÁRIO

CÓDIGO PENAL Decreto-Lei nº 400/82, de 23 de setembro	7
MORTE MEDICAMENTE ASSISTIDA Lei nº 22/2023, de 25 de maio	203
REGIME JURÍDICO DO CHEQUE SEM PROVISÃO Decreto-Lei nº 454/91, de 28 de dezembro	217
INFRAÇÕES ANTIECONÓMICAS E CONTRA A SAÚDE PÚBLICA Decreto-Lei nº 28/84, de 20 de janeiro	237
REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS Lei nº 15/2001, de 5 de junho	275
REGIME DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS Lei nº 34/87, de 16 de julho	331
LEI DO CIBERCRIME Lei nº 109/2009, de 15 de setembro	347
LEI DO JOGO Decreto-Lei nº 422/89, de 2 de dezembro	365
TRÁFICO E CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de janeiro	419
REGIME JURÍDICO APLICÁVEL AO CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS Lei nº 30/2000, de 29 de novembro	459

SUMÁRIO

REGIME JURÍDICO DA INTEGRIDADE DO DESPORTO E DO COMBATE AOS COMPORTAMENTOS ANTIDESPATIVOS Lei nº 14/2024, de 19 de janeiro	469
REGIME DE RESPONSABILIDADE PENAL POR CRIMES DE CORRUPÇÃO COMETIDOS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL E NA ATIVIDADE PRIVADA Lei nº 20/2008, de 21 de abril	487
REGIME JURÍDICO DAS ARMAS E SUAS MUNIÇÕES Lei nº 5/2006, de 23 de fevereiro	493
MEDIDAS TENDENTES À ENTREGA DE ARMAMENTO, EXPLOSIVOS E MUNIÇÕES ILEGALMENTE DETIDOS Lei nº 1/98, de 8 de janeiro	583
LEI DE COMBATE AO TERRORISMO Lei nº 52/2003, de 22 de agosto	585
MEDIDAS DE COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO Lei nº 83/2017, de 18 de agosto	595
REGIME DA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DE ATOS ILÍCITOS PRATICADOS A BORDO DE AERONAVES CIVIS, EM VOOS COMERCIAIS Decreto-Lei nº 254/2003, de 18 de outubro	755
LEI PENAL RELATIVA ÀS VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO Lei nº 31/2004, de 22 de julho	761
REGIME GERAL DAS CONTRAORDENAÇÕES Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de outubro	773
REGIME JURÍDICO DAS CONTRAORDENAÇÕES ECONÓMICAS Decreto-Lei nº 9/2021, 29 de janeiro	805
REGIME PENAL ESPECIAL PARA JOVENS Decreto-Lei nº 401/82, de 23 de setembro	835
LEI TUTELAR EDUCATIVA Lei nº 166/99, de 14 de setembro	841
PROTEÇÃO DE MENORES Lei nº 113/2009, de 17 de setembro	923

LEI DE SAÚDE MENTAL Lei nº 35/2023, de 21 de julho	929
PROCREAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA Lei nº 32/2006, de 26 de julho	951
LEI DA INTERRUÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ Lei nº 16/2007, de 17 de abril	977
REGULAMENTAÇÃO DA LEI DA INTERRUÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ Portaria nº 741-A/2007, de 21 de junho	981
ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO PENAL	1007
ÍNDICE-SUMÁRIO	1021
SUMÁRIO	1035